

Diário do Legislativo de 23/06/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATAS

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 23/6/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2007, dos Deputados Weliton Prado, Carlos Pimenta e Ronaldo Magalhães e outros, que acrescenta o § 3º ao art. 207 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. Emendada em Plenário, voltou a proposta à Comissão Especial, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno, e pela rejeição da Emenda nº 3.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.188/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 16.080, de 26/4/2006, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A. destinada à execução do Programa de Melhoria de Ligações e Acessos Rodoviários no Vale do Rio Doce. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.226/2009, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Arantina o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.874/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a proibição de realização de eventos de música eletrônica, conhecidas como "raves" ou eventos semelhantes no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão do Trabalho perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Cultura opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Cultura, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão do Trabalho, que opina pela rejeição dos Substitutivos nºs 3 e 4 e da Emenda nº 3.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.186/2009, do Governador do Estado, que cria a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Estado de Minas Gerais - Aras - MG - e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 12, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 8, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 13 a 55 e dos Substitutivos nºs 3 a 7.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.134/2008, do Deputado Ademir Lucas, que altera o art. 8º da Lei nº 10.501, de 17/10/91, que dispõe sobre a Política Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, cria o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.936/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a promover as medidas necessárias à transformação da Codemig em empresa pública e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.966/2009, do Governador do Estado, que define nova categoria de manejo para a Área de Proteção Especial da Região da Gruta do Rei do Mato, no Município de Sete Lagoas. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.316/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Caldas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 14ª Reunião Ordinária da Comissão DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 23/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.383/2009, do Deputado Célio Moreira.

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 38/2008, do Deputado Weliton Prado; Projetos de Lei nºs 3.303/2009, do Deputado Délio Malheiros; 3.367/2009, do Governador do Estado; 910/2007, do Deputado Domingos Sávio; 2.746/2008, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.949/2008, do Governador do Estado; 2.975/2009, do Deputado Carlin Moura; 3.055/2009, do Deputado Ruy Muniz; 3.353/2009, do Deputado Gil Pereira; 3.356/2009, do Deputado Gilberto Abramo; 3.368/2009, do Deputado João Leite; 3.399/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.405/2009, do Deputado Domingos Sávio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.435/2008, do Deputado Zezé Perrella; 2.478/2008, do Deputado Arlen Santiago; 2.480/2008, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.943/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.207/2009, da Deputada Ana Maria Resende; 3.296/2009, do Deputado Padre João; 3.392 e 3.393/2009, do Governador do Estado; 3.395 e 3.396/2009, do Deputado Eros Biondini; 3.397/2009, do Deputado Padre João; 3.398/2009, do Deputado Carlin Moura; 3.406/2009, do Deputado Walter Tosta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 12ª Reunião Ordinária da Comissão DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 23/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir o encaminhamento do modelo energético brasileiro e o preço da energia elétrica no Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 14ª Reunião Ordinária da Comissão DE SEGURANÇA PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 23/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.333/2009, do Deputado Ruy Muniz.

Requerimento nº 4.018/2009, do Deputado Braulio Braz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 11ª Reunião Ordinária da Comissão DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 23/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.264/2009, do Deputado Alberto Pinto Coelho.

Requerimentos nºs 3.810 e 3.811/2009, do Deputado Ruy Muniz; 3.830/2009, da Comissão de Participação Popular; 3.879 e 3.926/2009, da Comissão de Direitos Humanos; 3.931/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.960 a 3.962/2009, do Deputado Weliton Prado; 3.997/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 4.001 e 4.002/2009, da Deputada Rosângela Reis; e 4.008/2009, do Deputado Ademir Lucas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 15ª Reunião Ordinária da Comissão DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15h15min do dia 23/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.049/2009, do Deputado Padre João; 3.344/2009, do Deputado Neider Moreira.

Finalidade: debater a situação das terras devolutas no Norte de Minas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 23/6/2009, destinada, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2007, dos Deputados Weliton Prado, Carlos Pimenta e Ronaldo Magalhães e outros, que acrescenta o § 3º ao art. 207 da Constituição do Estado; e dos Projetos de Lei nºs 1.874/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a proibição de realização de eventos de música eletrônica conhecidas como "raves" ou eventos semelhantes no Estado de Minas Gerais; 2.134/2008, do Deputado Ademir Lucas, que altera o art. 8º da Lei nº 10.501, de 17/10/91, que dispõe sobre a Política Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, cria o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências; 2.936/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a promover as medidas necessárias à transformação da Codemig em empresa pública e dá outras providências; 2.966/2009, do Governador do Estado, que define nova categoria de manejo para a Área de Proteção Especial da Região da Gruta do Rei do Mato, no Município de Sete Lagoas; 3.186/2009, do Governador do Estado, que cria a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Estado de Minas Gerais - Aras - MG - e dá outras providências; 3.188/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 16.080, de 26/4/2006, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A. destinada à execução do Programa de Melhoria de Ligações e Acessos Rodoviários no Vale do Rio Doce; 3.226/2009, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Arantina o imóvel que especifica; e 3.316/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Caldas o imóvel que especifica; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 22 de junho de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Candidatura dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Irani Barbosa e Sebastião Helvécio e do Sr. Alexandre Bossi Queiroz ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Adalclever Lopes, Elmiro Nascimento, Padre João e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/6/2009, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de designar o relator.

Sala das Comissões, 22 de junho de 2009.

Carlos Mosconi, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo, Fahim Sawan e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/6/2009, às 10 horas, no Município de Coração de Jesus, com a finalidade de debater, a reabertura do Centro Oftalmológico construído pelos governos estadual e federal com a presença dos convidados mencionados na pauta.

Sala das Comissões, 22 de junho de 2009.

Carlos Mosconi, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sávio Souza Cruz, Almir Paraca, Gil Pereira e Irani Barbosa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/6/2009, às 10h15min, na Sede da Associação Amar e Renascer, no Município de Itamarandiba, com a finalidade de discutir a efetiva implementação do Parque Estadual Serra Negra, criado por meio do Decreto Estadual nº 39.907, de 1998.

Sala das Comissões, 19 de junho de 2009.

Fábio Avelar, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Chico Uejo, Delvito Alves, Gilberto Abramo, Padre João, Ronaldo Magalhães e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/6/2009, às 18 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno do Projetos de Lei nºs 2.949/2008 e 3.384/2009, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 22 de junho de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.264/2009

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Alberto Pinto Coelho, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Cultural Comunitária de Santa Rita de Jacutinga, com sede nesse Município.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.264/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Cultural Comunitária de Santa Rita de Jacutinga, que possui como finalidade precípua desenvolver atividades socioculturais, visando à melhoria das condições da coletividade, e defender a democratização dos meios de comunicação, especialmente quanto à criação de rádio voltada para a comunidade.

A entidade promove atividades educacionais de formação geral e informação; incentiva a solidariedade, a organização e a participação em movimentos comunitários e divulga a importância e a necessidade do amplo acesso da população aos meios de comunicação.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.264/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 22 de junho de 2009.

Gustavo Valadares, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.328/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Ivair Nogueira, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo, com sede no Município de Serrania.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.328/2009 pretende declarar de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo, com sede no Município de Serrania, que tem como finalidade desenvolver atividades assistenciais e de promoção humana, trabalhando para valorizar o indivíduo e a comunidade.

Dessa maneira, mantém estabelecimento destinado a abrigar pessoas idosas, proporcionando-lhes assistência material, moral, intelectual, objetivando a preservação de sua saúde física e mental, presta assistência aos portadores de deficiências físicas ou psicológicas e combate a fome e a pobreza.

Constituído por suas conferências vicentinas, obras unidas e especiais, congrega ainda em sua área de atuação as unidades vicentinas desprovidas de personalidade jurídica, por meio das quais realiza importante trabalho em prol dos menos favorecidos.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.328/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 22 de junho de 2009.

Walter Tosta, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.331/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Bráulio Braz, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Loja Maçônica Brasil Central nº 10, com sede no Município de Araguari.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.331/2009 visa declarar de utilidade pública a Loja Maçônica Brasil Central nº 10, com sede no Município de Araguari, que possui como finalidade precípua o aperfeiçoamento moral, intelectual e social da comunidade local, assim como o zelo por seu bem-estar.

Procura no incentivo à paz e à harmonia a consolidação da ética, da cidadania e dos direitos humanos. Acreditando que residem na instrução os pilares da democracia e da evolução sadia da humanidade, apoia as iniciativas vinculadas ao implemento da educação e da cultura.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.331/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 22 de junho de 2009.

Walter Tosta, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.340/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Elmiro Nascimento, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Portadores de Necessidades Especiais de Lagamar – Upael –, com sede nesse Município.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.340/2009 pretende declarar de utilidade pública Associação de Pais e Amigos dos Portadores de Necessidades Especiais de Lagamar, entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade assegurar os direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais, criando condições para o exercício de sua autonomia, e para sua inclusão social, educacional e participação efetiva na comunidade em que vivem.

Na consecução de seu propósito, desenvolve ações voltadas para a habilitação e reabilitação dos portadores de deficiência e busca equiparação de oportunidades e a proteção social a que têm direito.

Pela relevância do trabalho desenvolvido pela Associação de Pais e Amigos dos Portadores de Necessidades Especiais de Lagamar, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.340/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 22 de junho de 2009.

Walter Tosta, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.341/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Eros Biondini, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Varjão de Minas - Apae de Varjão de Minas, com sede nesse Município.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.341/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Varjão de Minas, que possui como finalidade a inclusão das pessoas portadoras de deficiência, especialmente mental, assegurando-lhes o pleno exercício da cidadania.

Na consecução de suas metas, coordena e executa programas em sintonia com as federações nacional e estadual das Apaes, promovendo,

assegurando e defendendo o progresso, o prestígio, a credibilidade e a unidade orgânica e filosófica desse movimento, que tanto tem auxiliado a sociedade mineira na defesa dos direitos dos portadores de deficiência.

No âmbito municipal, a Associação promove diversas atividades de interesse dos portadores de deficiência, como a divulgação de informações e publicações técnicas especializadas e o estabelecimento de parcerias no mercado de trabalho, para possibilitar a habilitação e a colocação dos seus beneficiados.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.341/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 22 de junho de 2009.

Walter Tosta, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 16/6/2009

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, saúdo, de forma especial, todos os que nos visitam nesta ocasião tão importante para o Município de Campo Belo. Dou boas-vindas ao novo Deputado, Duarte, de Campo Belo. Desejamos que ele realize, no curto tempo em que representará aquela região de Campo Belo, Candeias, Aguanil, Cristais, e Oliveira, que nos é cara e querida, um trabalho que honre o Legislativo mineiro. Como Deputados Estaduais, temos a consciência de que somos responsáveis por 853 Municípios. Cumprimento também a Vereadora Fátima, companheira do PT.

Sr. Presidente, destaco um evento do qual participei com o companheiro Ministro Patrus Ananias. Ontem, em Jeceaba, ocorreu a entrega de diplomas para dezenas de jovens e alguns adultos, numa parceria entre o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Odebrecht. Esse Ministério às vezes é visto apenas como o Ministério do Bolsa-Família. Algumas pessoas não conseguem enxergar uma série de programas por ele realizados, como parcerias com empresas, conforme o caso a que me refiro. Como funciona o programa? Todo grande empreendimento, como é o caso de Jeceaba, onde estão envolvidos milhões, bilhões, inclui familiares do Bolsa-Família, mas numa linha de emancipação, de cidadania, para garantir a dignidade do jovem. A empresa tem à sua disposição todos os dados relativos à força de trabalho que será demandada em determinado empreendimento.

Então ela vai qualificar jovens, homens e mulheres da região. Companheira Deputada Maria Tereza Lara, foi muito compensador ouvir os depoimentos dos jovens - entre os quais havia mulheres - que foram qualificados como pedreiros e pedreiras, armadores, carpinteiros, além de uma série de outros profissionais, os quais receberam o certificado de conclusão e o compromisso da empresa de contratar parte desse pessoal.

A presença do Ministro Patrus Ananias foi para destacar, em Minas Gerais, esse primeiro exemplo, que já é realidade no Norte do País. O ganho social é muito grande, porque, quando a imprensa anuncia grandes investimentos em determinada localidade, ocorre uma grande concentração de pessoas oriundas de todos os cantos, em busca de um emprego. Às vezes, vêm pessoas mais bem qualificadas, e a força de trabalho local não é valorizada. A empresa, no caso em questão, gerará cerca de 1.300 empregos diretos, ultrapassando a quantia de 3 mil empregos diretos e indiretos, sem que haja a contratação de trabalhadores locais, gerando, assim, uma indisposição dos munícipes para com as pessoas de fora. Ou seja, os munícipes sentem essas pessoas como invasoras, criando-se um estado de conflito.

Digo isso, porque, quando cheguei a Ouro Branco, em 1994, portanto há 15 anos, tivemos de fazer um trabalho pastoral integrado, que envolveu quatro paróquias, a fim de conseguirmos quebrar essa indiferença para com os trabalhadores e operários vindos de fora. Quando se faz um programa, como o que foi realizado em Jeceaba, a empresa é constituída de forma a valorizar os trabalhadores e as trabalhadoras do Município.

Cumprimento a empresa pela atuação, porque ela está fazendo um trabalho social, na prática. Só não enxerga isso quem não quer. Também ressalto a importante participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que não se restringe ao programa Bolsa-Família. É gerando emprego e qualificando homens, mulheres e jovens que eles serão verdadeiramente inseridos no mundo do trabalho.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Nobre companheiro, Deputado Padre João, Líder do Bloco PT-PCdoB, cumprimento-o por sua fala, pois o programa Bolsa Família é extremamente importante na distribuição de renda. Aliás, é o maior programa mundial de distribuição de renda, mas há quem o critique apenas para desconstituí-lo, por ser um programa do governo federal, do nosso governo Lula; todavia trata-se de críticas que não fazem o menor sentido, porque a distribuição de renda é apenas o primeiro passo; o programa vai muito além. Ou seja, além de distribuir renda, ele já está criando exatamente o que V. Exa. ressaltou: a profissionalização, sobretudo para as famílias que dele participam.

Eu já tinha notícia do que havia ocorrido em Jeceaba. De fato, as mulheres já estão ocupando esse espaço como pedreiras. Soube até que as empresas preferem mulheres como pedreiras de acabamento, por causa da sua sensibilidade para fazer o acabamento de uma casa. Já me informaram sobre isso.

Então, parabenizamos aqui o nosso Ministro Patrus Ananias, que é mineiro e tem realmente, como Ministro de Estado, acompanhado de perto e feito os recursos do governo federal chegarem aos que mais precisam, como ele sempre diz, a todos, mas principalmente aos mais pobres, aos excluídos deste país. Todos, independentemente de sermos da Situação ou da Oposição, devemos orgulhar-nos de ter um Ministro mineiro com esse compromisso. Queremos para Minas Gerais esse mesmo projeto de distribuição de renda, de trabalhar para todos, mas sobretudo para os mais pobres, para os excluídos. Já fazemos isso em nível nacional. Precisamos acompanhar de perto, não só o governo, mas também toda a população, precisamos fazer o controle social que defendemos, para que nenhum centavo seja desviado, o que realmente não tem ocorrido. Além da seriedade de nosso Ministro e da equipe do governo, a população participa, acompanha e sabe que ele presta contas publicamente de todo recurso público investido no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O Deputado Padre João* - De fato, é um programa muito importante para o jovem, para a mulher, para o adulto. Ao longo da história, foi-lhes

negada a qualificação, a profissionalização, o que os exclui do mundo do trabalho e fere sua dignidade, porque, quando conseguem emprego, trata-se de fato de um subemprego. As pessoas são humilhadas e, às vezes, o salário é o menor possível, infringindo até a própria legislação. Existe uma série de problemas.

Quero estender também o nosso cumprimento ao Prefeito Júlio Reis, porque ele desempenhou um papel importante enquanto Prefeito, sempre em diálogo com o empreendedor, buscando benefícios ou melhoria de vida para todos de Jeceaba. Foi grande a nossa alegria em testemunhar ali inúmeros jovens, alguns adultos, inclusive mulheres, saindo com seu certificado e sonhando mais, porque despertaram para a necessidade de continuar estudando mais, aprendendo mais ainda para serem profissionais exemplares, e, assim, exercendo seu direito de cidadania.

Concluindo, outro ponto sobre o qual quero falar aqui é a minha participação no 11º Festival da Cachaça, que aconteceu no Distrito de Abreus, pertencente ao Município de Alto Rio Doce, lugar em que nasce, de fato, o rio formador do Rio Doce, mas que lá tem o nome de Xopotó. Como são importantes a agricultura e a agroindústria! São elas que ainda salvam esses Municípios. Ou seja, quando é dado ao agricultor que resiste no campo a possibilidade de agregar valor ao que produz, no caso a cana, ele de fato passa a ter renda e, tendo renda, tem dignidade. Mas deparei com Distritos e Municípios praticamente isolados.

A região é cortada pela MG-280, que é de terra. Havíamos solicitado ao DER o patrolamento dessa estrada, e parece que, pelo fato de ter sido um pedido nosso, os trabalhos foram suspensos. Vou me informar melhor, pois não quero acreditar nisso. Não quero acreditar que se deveu ao fato de ter sido um pedido nosso. Estamos aprovando valores significativos, como recentemente aprovamos US\$260.000.000,00 para o Processo, e não atenderam um pedido nosso para patrolar uma rodovia. Temos várias MGs de terra, esburacadas e em péssimas condições de conservação, mas nossos pedidos não são atendidos. Agora estamos falando da MG que passa em Silverânia, Dolores e Alto Rio Doce. Faço esse protesto, mas nos certificaremos melhor, pois será o maior absurdo se for confirmado. Estamos lutando para ter ligação asfáltica, e não se está nem patrolando estradas, no caso específico a MG-280. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos vê pela TV Assembleia. Gostaríamos de estar aqui apenas para enaltecer os avanços obtidos na área de segurança pública, que são muitos. Hoje, contamos com a presença do Dr. Marco Antônio Monteiro e de todo o Conselho Superior da Polícia Civil na Comissão de Segurança Pública, em uma audiência muito propositiva. Certamente, o Presidente da Comissão, Deputado João Leite, já está em tratativas para receber o Cel. Renato Vieira de Souza, atual Comandante-Geral da Polícia Militar, que fará uma exposição do trabalho da PM e de seus avanços nesses últimos anos do governo Aécio Neves.

Portanto, sabemos que os acertos são inúmeros, e grandes avanços têm sido feitos pelo Governador, obviamente com sua chefia de polícia. Mas nem tudo são flores, e queremos registrar, com muito pesar e com muita tristeza, alguns fatos que ainda acontecem na segurança pública em Minas Gerais. Estamos fazendo tratativas com o Cel. Gilberto Cabral, Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar, para que esse assunto seja esclarecido e que não seja permitido no âmbito da Polícia Militar e que o Comandante-Geral da Polícia Militar e o Chefe do Estado-Maior ajam de forma firme para impedir que determinadas ingerências políticas aconteçam quando se está prestando um bom serviço.

Trazemos o caso do Sgt. Belchior Gonçalves dos Reis, que, com 24 anos de serviços prestados à população de Minas Gerais, estava destacado, comandando o destacamento da cidade de Iraí de Minas até segunda-feira da semana passada. Tentamos ocupar a tribuna na quarta-feira, mas a reunião foi encerrada por falta de quórum.

A minha tristeza, Sr. Presidente, é que se trata de um policial que estava trabalhando de forma honesta e propositiva, atendendo orientação da instituição Polícia Militar e o que preconiza a lei, porque toda ação do administrador público deve ser, primeiro, fundamentada no princípio norteador, a legalidade, e depois, na impessoalidade, na moralidade, na publicidade, na eficiência e em tantos outros princípios que norteiam a administração pública de forma geral. Pois o 1º-Sgt. Belchior Gonçalves dos Reis estava exatamente fazendo isso na sua cidade, Iraí de Minas. Mas o Prefeito da cidade, não satisfeito porque o Sargento tinha postura imparcial, correta e que não deixava a desejar, passou a tentar a sua retirada do comando do destacamento de Iraí de Minas.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, queria dirigir esta palavra primeiro ao cidadão mineiro que está nos assistindo, que paga seus impostos e quer uma polícia cada vez mais eficiente, agindo com inteligência, cumpridora da Constituição e das leis. Em alguns momentos somos surpreendidos com algumas ações que nos deixam muito tristes, apesar de todos os avanços que a Polícia Militar tem obtido ao longo dos anos, especialmente no governo Aécio Neves. Falo de algumas ingerências políticas. Conversei com o Sargento e a sua esposa, que estava muito chateada e chorosa porque seu marido tinha sido removido. Pai de três filhos, isso acaba trazendo uma dificuldade psicológica na vida desse graduado. Recebemos esse apelo para fazermos uma gestão política propositiva junto ao Comando da Polícia Militar; infelizmente, descobri que o Prefeito de Iraí de Minas, Pedro Antônio Alberton, mais conhecido como Pedrão, era a pessoa que estava insistentemente correndo atrás de Deputados e Secretários, fazendo gestão política para que o Sargento fosse transferido da cidade.

Dirijo estas palavras, Sr. Presidente, especialmente ao munícipe de Iraí de Minas. Obviamente, isso é uma amostragem do que pode acontecer no Estado de Minas Gerais, com essas ingerências politiquieiras na cidade, especialmente na remoção de policiais quando não atendem os desmandos do Prefeito local. O Sargento estava cumprindo a lei e sendo imparcial, mas depois de ter multado o filho do Vereador, foi surpreendido com a insistência do Prefeito para ser transferido da cidade.

Lançamos algumas perguntas para que o nosso telespectador entenda. Como podemos cobrar da Polícia Militar, do Sargento que está comandando o destacamento uma postura firme, legalista, imparcial, se as pessoas que estão no poder político estão pedindo a sua cabeça? Após o Sargento multar o filho do Vereador, o Prefeito ficou desesperado, procurou até o Deputado Tenente Lúcio, do meu partido, que, juntamente com o Deputado Federal do Triângulo Mineiro, foi ao Comando pedir a saída do Sargento do destacamento sob a alegação de que estava correndo na cidade o boato de que o Sargento tinha ameaçado de morte o Prefeito, que também estava ameaçando de morte o Sargento, e que a situação era insustentável.

Sr. Presidente, disse aqui que a administração pública deve ser norteada pelos princípios previstos no "caput" do art. 37: da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade dos atos. Se essas ameaças estivessem acontecendo, a primeira providência teria que ser instaurar uma sindicância ou um inquérito policial, o que não foi feito. Simplesmente, a pedido dos dois Deputados, o Sargento foi removido. A minha tristeza maior é um dos Deputados ser companheiro da minha bancada, que até conhece a caserna, porque foi Tenente do Exército Brasileiro, do quadro NPOR, e sabe perfeitamente o que isso traz para uma polícia militar quando a sua saída é abrupta, tal como ocorreu.

Sr. Presidente, fizemos algumas tratativas com o Comando da Polícia Militar. Ocupo esta tribuna para fazer um apelo ao Cel. Renato Vieira de Souza, meu contemporâneo, o de que não permita, na situação, nenhum tipo de ingerência política. Conheço o atual Comandante-Geral desde quando era 1º-Tenente da Polícia Militar. Aliás, servimos juntos no Batalhão de Choque, nas companhias Rotams, ainda quando ele exercia a função de 1º-Tenente, nos idos de 1988, 1989 e 1990. Assumi sua atual função com a proposta de avançar, já dando sinais positivos e claros de que é um Comandante que deseja ser progressista na sua ação. Faço-lhe esse apelo, pois, se há uma denúncia sendo formulada, que seja apurada. Se se chegar à autoria e à culpabilidade, ou seja, se for provado, em sindicância ou inquérito policial, que o policial acusado é culpado, procederemos ao seu afastamento. Todavia, deve-lhe ser dado amplo direito à defesa e ao contraditório, além do que se preconiza no

direito administrativo. Traduzimos aqui as palavras do ilustre Juiz Paulo Tadeu Rodrigues Rosa. Em sua obra literária "Direito Administrativo Militar", pág. 231, diz o seguinte: "O desrespeito aos princípios estabelecidos no art. 37, 'caput', da Constituição Federal de 1988, além de levar à nulidade do ato administrativo, traz como consequência a responsabilidade administrativa penal e civil do agente público que permitiu a edição do ato".

Portanto é necessário que o administrador público, civil ou militar, obedeça fielmente ao que está previsto no "caput" do art. 37. Isso também nos é ensinado por Celso Antônio Bandeira de Melo, ilustre e grande administrativista brasileiro, um dos mais respeitados e renomados na área. O ato administrativo tem de ser impessoal e deve ter uma finalidade e um objetivo claros. A finalidade deve atender o interesse público e não o político e mesquinho, como aconteceu nesse pedido do Deputado Federal Aelton de Freitas e do Deputado Tenente Lúcio, que, infelizmente, é do meu partido. Digo isso porque conversei antes com o Deputado e lhe perguntei se tinha partido. Esclareceu-nos que o Prefeito o havia procurado com as informações.

Sinto-me muito triste, Sr. Presidente, quando vemos a remoção de um companheiro. Tenho feito tratativas com o Cel. Gilberto Cabral, atual Chefe do Estado-Maior, no intuito de que não permita mais esse tipo de ação na Polícia Militar. Faço um apelo ao Cel. Renato Vieira de Souza, para que o Comando continue a dar certo, como vinha dando com Cel. Hélio dos Santos Júnior, e melhore ainda mais. Aliás, estamos otimistas com o seu comando.

Conheço o Cel. Renato Vieira de Souza há aproximadamente 20 anos na Polícia Militar e o vi galgar todos os postos da corporação. Faço-lhe novamente um apelo para que, como Comandante-Geral da Polícia Militar, não permita que esse tipo de ingerência ocorra. Estamos avançando muito em segurança pública, e sei que tem dado a sua contribuição para isso. Na verdade, comandou o batalhão na Capital, ou seja, esteve no Comando de Policiamento da Capital e vinha realizando um excelente trabalho quando foi alçado ao cargo de Chefe do Estado-Maior pelo Governador e, posteriormente, ao de Comandante-Geral.

Continuamos acreditando no Comando-Geral da Polícia Militar, no Cel. Renato Vieira de Souza e no Cel. Gilberto Cabral, seu Chefe do Estado-Maior, e por isso fazemos um apelo para que não permitam esse tipo de ingerência.

À medida que se remove um policial militar por meio de um pedido político que não foi fundamentado, ou seja, sem que haja uma denúncia por escrito, mas apenas um pedido menor que não condiz com a realidade, enfraquecemos toda a instituição Polícia Militar. Ocupamos esta tribuna para expressar nossa tristeza, porque sabemos que os avanços são inúmeros, Deputada Maria Tereza Lara. Hoje, vimos o chefe da Polícia Civil trazer todo o quadro "macro" da Polícia Civil, do nível de pessoal, das aspirações e de todo o trabalho que vem fazendo.

Daqui a pouco, receberemos na Comissão de Segurança Pública o Cel. Renato Vieira de Souza, que fará sua exposição. Não poderia deixar de ocupar esta tribuna para fazer um apelo ao Comandante-Geral, porque ele tem a palavra final da instituição e é quem pode dar essa resposta imediata. As tratativas estão sendo feitas por este Deputado, no intuito de minimizar o sofrimento pelo qual está passando o Sargento Belchior Soares, que foi retirado da cidade de Iraí de Minas. Não podemos permitir que o ato administrativo continue sendo feito dessa forma. Apostamos na pessoa do Comandante-Geral, que vem conduzindo a contento a Polícia Militar. Confiamos nele e apostamos em que sua conduta será, cada vez mais, a de defender a Polícia Militar como uma instituição séria e responsável, que, acima de tudo, zela pelos seus integrantes, defende-os no que for necessário, age com legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade, conforme determina a Constituição da República.

Então, fica aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, este apelo ao Comandante-Geral da Polícia Militar para que não permita mais esse tipo de ingerência política, visto que isso prejudica os integrantes dessa instituição, que todos nós, mineiros, muito respeitamos. Muito obrigado.

O Deputado Eros Biondini* - Cumprimento o Sr. Presidente, Deputado José Henrique, as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados, os servidores da Assembleia, os amigos que nos acompanham das galerias e os telespectadores da TV Assembleia, que está presente, por meio de seu sinal, em centenas de Municípios do Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, subo à tribuna não só para abordar um tema muito relevante, mas também para fazer um convite muito especial a todos. V. Exa. sabe que, como um dos coordenadores da Frente Parlamentar em Defesa da Vida, tenho tomado inúmeras iniciativas e ações no Estado de Minas Gerais e em quase todos os Estados do Brasil, levantando a bandeira da dignidade e da proteção à vida humana, de acordo com o art. 5º da Constituição Federal, e isso vai desde a concepção até a morte natural de todo ser humano. Há anos, temos levantado a bandeira da defesa da vida. É claro que, entre a concepção e a morte natural, temos várias etapas, várias fases da vida que são delicadas e precisam ser, de maneira muito especial, protegidas. Dessa forma, Sr. Presidente, temos também encabeçado, nesta Casa e em todo o Estado de Minas Gerais, várias frentes de luta contra a violência sofrida por mulheres e, principalmente, por crianças. Particularmente, tenho acompanhado o trabalho que vem sendo desenvolvido por meio da CPI da Pedofilia, cujo Presidente é o Senador Magno Malta, do Espírito Santo.

Tenho uma afinidade muito grande com Dom Ascona, Bispo da Ilha de Marajó, e também com o Dr. Carlos Fortes, Promotor da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Divinópolis, que também tem sido um dos braços direitos do Senador Magno Malta, acompanhando o trabalho desenvolvido pela CPI da Pedofilia, que passou um pente-fino, mostrando dados recentes, importantes e alarmantes, desses crimes ligados à pedofilia. Isso fez com que enxergássemos e diagnosticássemos com mais clareza e mais propriedade esse problema, buscando soluções para o combate desse mal que afeta as crianças, os seres humanos mais indefesos. Percebemos que há pontos críticos a serem discutidos, debatidos e que dizem respeito à família, que é diretamente afetada.

O Brasil é um dos maiores consumidores - talvez o 3º ou o 4º - de pornografia infantil, pela internet. Isso é realmente algo para se pensar e refletir. Também há outros fatos e aspectos discutidos e abordados pela CPI da Pedofilia, que levantou toda a realidade que vivemos e aborda esse assunto.

Dessa forma, Sr. Presidente, nós, coordenadores da Frente Parlamentar em Defesa da Vida, com o Deputado Vanderlei Miranda, autor do requerimento junto com este Deputado, estaremos realizando nesta Casa, na próxima quinta-feira, às 15 horas, uma audiência pública, para debatermos sobre os crimes ligados à pedofilia. Contaremos, entre tantas importantes autoridades e conhecedores desse assunto, com a presença do Senador Magno Malta, que fará um relato sobre os trabalhos dessa CPI e nos dará informações sobre as realidades nacional e estadual.

Como sei que a Deputada Maria Tereza Lara é também uma militante na defesa da vida, na luta pela dignidade e pela promoção humanas - com certeza estará também enriquecendo essa audiência pública -, com o maior prazer concedo-lhe aparte.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Deputado Eros Biondini, gostaria de parabenizá-lo pelo seu trabalho em prol da vida e, mais uma vez, reforçar o convite para que todos, sobretudo os que residem em Belo Horizonte e na Região Metropolitana, participem dessa audiência pública a fim de debatermos o problema gravíssimo da pedofilia. Realmente, é preciso que haja políticas públicas para que a família tenha todas as condições para educar bem os seus filhos. É preciso que haja controle social - não censura - do uso da imprensa, da mídia, para proteger as crianças e as famílias. Contem conosco nessa luta. A criança, de fato, é o bem mais precioso da sociedade, assim como a família, e é preciso que ela seja preservada e que seus direitos sejam respeitados. O Estatuto da Criança e do Adolescente precisa efetivamente ser colocado em prática em todas as circunstâncias. Mais uma vez, quero cumprimentá-lo por essa iniciativa e pelo seu trabalho em defesa da vida,

da família e dos direitos humanos.

O Deputado Eros Biondini* - Obrigado, Deputada Maria Teresa. Também parabeno-a, pois V. Exa. é uma referência nesta Casa na luta pelos direitos da mulher e da criança, contra a violência sofrida pela mulher e pelas crianças. Sabemos que a pedofilia hoje é realmente uma das agendas mais importantes do Brasil. Não somos os únicos a ter esse problema. Isso é um mal que aflige e afeta a humanidade. Todos os países do mundo passam também por esse problema, que aliás é histórico. Porém hoje, em busca dos direitos das crianças, dos adolescentes e das mulheres, estamos levantando dados para combater de frente esses males. Entre tantas causas multifatoriais, sabemos que a exploração sexual por meio da internet, no Brasil, está realmente preocupando as pessoas ligadas ao problema. A CNBB, os institutos de pesquisa, o parlamento, todos estão preocupados com essa exploração e com o consumo da pornografia infantil, sobretudo por intermédio da internet. Convidamos todos os segmentos da sociedade mineira, todos os que se preocupam e defendem essa bandeira a comparecerem na Assembleia Legislativa para participar da audiência pública a se realizar na próxima quinta-feira, às 15 horas. Discutiremos a política pública do governo estadual, a campanha Proteja Nossas Crianças. O Senador Magno Malta participará do encontro, pernoitará, possivelmente aqui em Belo Horizonte. Haverá uma série de atividades para que esse evento deixe uma marca histórica na nossa Casa Legislativa. Esperamos que o povo, as entidades e as igrejas compareçam, enfim, todos os que querem se unir a nós em defesa das crianças. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Caro Presidente Hely Tarquínio, nesse fim de semana viajamos bastante pela nossa região. Gostaria de destacar aqui a nossa presença em Serra dos Aimorés, na divisa com a Bahia, onde há uma grande destilaria de álcool operando, e ainda lamentar que, no Município vizinho de Nanuque, uma outra destilaria tenha entrado em processo de liquidação judicial, o que traz um problema grave, de desemprego, em função, é claro, das políticas do governo, de não fixar margem de rentabilidade para os operadores das usinas de álcool da nossa região. Em Serra dos Aimorés, visitamos um grande companheiro, o Prefeito Célio Pinto, que foi Prefeito de 1983 a 1988, tem três irmãos Prefeitos no Estado da Bahia e um irmão Deputado Federal, Uldurico Pinto, grandes amigos, grandes companheiros. Ele foi vitimado há cerca de 70 dias por um infarto. Está recuperando-se, mas já assumiu o cargo. Queremos cumprimentar o Célio, desejar a ele um restante de mandato pleno de realizações e dizer que estaremos juntos para ajudá-lo naquilo que for necessário.

De Serra do Aimorés, fomos a Nanuque para participar de um evento muito importante, Sr. Presidente. Conseguimos expandir a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Já assinamos, em Nanuque, com a presença do Vice-Reitor Donald Rosa, um importante documento, a criação de uma universidade aberta com vestibular já a partir deste ano. Trata-se da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, expandido-se para Nanuque. Havíamos conseguido a expansão da universidade de Diamantina para Teófilo Otôni, cujas obras já estão em andamento. Vamos trabalhar, ainda neste ano, para a expansão da universidade aberta, que é a primeira fase da sua instalação; logo após, os cursos semipresenciais e os presenciais. Tudo dependendo de uma ação de governo e, é claro, contando também especialmente com a participação do Deputado Federal Ademir Camilo, desde o início desse trabalho, que começamos em 2003 com a Reitora Mirelle, à época, e hoje com o novo Reitor, Dr. Pedro, e com o Nonaldo Rosa, Vice-Reitor também muito competente. E, graças a Deus, houve a transformação da Universidade Federal de Diamantina, que antes era apenas uma faculdade de odontologia. Essa transformação se deu a partir do importante trabalho do Deputado Federal Ademir Camilo. Agora está ocorrendo sua expansão, da qual temos participado, pois já fomos a Brasília com o Ademir para resolver questões internas. Temos também discutido algumas questões com o Conselho da Universidade. Diante disso, realmente a Universidade dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha está se expandindo, de modo que, daqui a alguns dias, se Deus quiser, teremos uma universidade do porte da UFMG. Esse é um trabalho continuado.

Sr. Presidente, gostaria de agradecer ao Prefeito Nide Brito, que por duas vezes foi Prefeito de Nanuque. Como o ex-Prefeito Armando não poderia mais se reeleger, fez um convite ao Nide, que foi eleito Prefeito daquela terra e tem feito um governo brilhante, determinado, acompanhado pelo seu Vice-Prefeito Evandro. Fizeram uma solenidade bonita, reunindo a Prefeitura e todos os Vereadores, as Diretoras de escolas, o Presidente da Associação Comercial e toda a imprensa da cidade, televisão, rádios e jornais. Trata-se de uma cidade importantíssima, um micropolo daquela parte do Estado ligado à Bahia e ao Espírito Santo. É uma cidade que sofre muito, especialmente na área da saúde, pois, como V. Exa., Sr. Presidente, sabe, tanto os moradores do Norte do Espírito Santo como os do Sul da Bahia correm para lá, e o Município está com seu sistema de saúde prejudicado. Há necessidade de, nos próximos dias, confirmarmos com o Secretário Marcus Pestana investimentos estatais para o hospital municipal de Nanuque. Após essa visita a Nanuque, fomos a Carlos Chagas para nos reunirmos com Israel Brauer, com o ex-Prefeito Nathan Bauer e com o Vereador Iclênio. Conversamos sobre o destino da cidade, onde, no passado, tínhamos algumas destilarias de álcool que foram fechadas. Essa é uma região que busca com vontade o seu desenvolvimento. E, às vezes, as pessoas pensam que não há iniciativa, que não há espírito empreendedor naquela região, que as pessoas não tentam fazer algo. É importante destacar que sem os estímulos de uma estrada de ferro, sem o Proaçoço, que agora está em fase de conclusão, sem as obras de infraestrutura que o governo do Estado estava levando para a região, ficará difícil. Vamos aqui lamentar e perguntar ao governo onde está o projeto anunciado em Montes Claros, o Programa Regional de Desenvolvimento para os Vales do Mucuri e Jequitinhonha. Se tivermos estímulos, teremos iniciativa, porque temos pessoas corajosas para empreender. Já tivemos cinco destilarias de álcool naquela área, e hoje temos apenas duas: uma quase entrando em processo de concordata, numa situação muito ruim; e outra ainda em funcionamento, a pleno vapor, graças à competência do seu Diretor-Gerente, Délio, muito competente. Entretanto a região precisa de outros estímulos. Não podemos viver apenas da nossa iniciativa sem que haja uma certa compensação. Estamos hoje na área da Sudene, conquista que realizamos no passado. Lembro-me muito bem de que conquistamos a condição de participarmos da Sudene, quando Júnia Marise era Senadora, pois o projeto foi apreciado no Senado inicialmente, para depois ser homologado pela Câmara. Aí acabaram com a Sudene e passamos a fazer parte da Adene, quando Aécio Neves era Presidente da Câmara dos Deputados. Retornamos à Sudene e, mesmo assim, os estímulos da Sudene no Banco do Nordeste não têm sido suficientes. É preciso que o governo do Estado possa alocar naquela região, em Teófilo Otôni, Almenara ou Araçuaí, enfim, em qualquer uma dessas três cidades, os instrumentos de governo. Farei aqui alguns questionamentos. Por exemplo, não se justifica que a Regional da Secretaria da Fazenda tenha saído de Teófilo Otôni para Governador Valadares. Ou seja, não se justifica que a Regional fique em Governador Valadares, se o grande projeto da Rurálmimas, hoje dirigida pelo competente companheiro Paulo Bregunci, é construir barragens em todos os Municípios dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha. As obras estão sendo feitas no Mucuri e no Jequitinhonha. Toda estrutura de maquinário e de equipamento, além do parque de obras da Rurálmimas, está em Itambacuri. Todavia, a gerência está em Governador Valadares. Se o governo não estiver mais próximo de nós, com suas gerências e agências regionais, se não pudermos, por exemplo, indicar pessoas competentes para dirigir esses órgãos regionais, certamente muita coisa ficará faltando.

Lembro-me de que o Governador Aécio Neves, com toda boa vontade, criou a secretaria especial da região e a entregou, por duas vezes, a representantes do Norte de Minas. Não tenho nada contra a atual Secretária, que é da região. Por dois mandatos, o Norte de Minas comandou o Idene. No entanto, por estar a gerência muito longe, mesmo com toda a competência da Elbe Brandão, naquela cidade, durante três anos de atuação do Idene, não se aprovou um projeto sequer do Programa de Combate à Pobreza Rural.

É importante termos próximos de nós os órgãos de governo, que devem contar com pessoas competentes. Precisamos poder dar palpites. Caso esses órgãos não estejam funcionando, temos de ter a liberdade de pedir que se coloque à frente deles alguém mais competente. Se isso não acontecer, certamente estará comprometido o esforço do Governador relativamente à região. Elogiamos sobejamente a atuação do Governador, salientando que ele tem feito investimentos sustentáveis na região. Para cada R\$1,00 real investido no Estado, ele investe R\$2,00 no Mucuri e no Jequitinhonha, para onde leva empreendimentos importantes, como o programa Travessia e o Luz para Todos, que será retomado agora em julho. Estamos recebendo uma série de benesses. No entanto, falta entender que, se os órgãos regionais de governo não estiverem próximo do problema, a situação ficará complicada.

Lembro-me, Sr. Presidente, de que, nos idos de 1994, quando fui Secretário Adjunto de Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos, consegui, com a Secretaria Nacional do Ministério, correspondente à época, uma verba de US\$6.000.000,00, para iniciarmos um projeto de construção de 1.020 barragens nos Municípios do Jequitinhonha e do Mucuri. Posteriormente, quando saí do governo, por retornar à Prefeitura de minha cidade, esse projeto simplesmente foi paralisado em cerca de 300 barragens. Agora, o Governador Aécio Neves, por entender a necessidade da

continuação dele, retoma o projeto das pequenas barragens. O governo está trabalhando com afinco. Tive notícia de que o Paulo Bregunci está adquirindo mais quatro patrulhas motomecanizadas para acelerar o processo da construção de barragens. Essa construção vai ao encontro dos anseios da bancada do Norte, que tanto grita pela falta de barragens para contenção das águas, para levantar o lençol freático e para proteger as nascentes dos rios. Todavia esse projeto, que é vigoroso, não obterá tantos resultados se o comandante do projeto na área do Mucuri e do Jequitinhonha, o Leonardo Natalino, tiver de recorrer a Valadares para tomar decisões. O órgão tem de estar mais próximo.

Comentei com o Presidente da Cemig, Djalma Morais, que o projeto Luz para Todos não tem razão de continuar sendo comandado a partir de Governador Valadares porque a área do Rio Doce já foi toda atendida. Falta atender os rincões do Jequitinhonha e do Mucuri. É importante que se mude essa gerência regional de obras do Luz para Todos para Teófilo Ottoni. O Paulo Bregunci que nos ouça e desloque também a regional da Ruralminas para o projeto das barragens para Teófilo Ottoni, para Almenara, para Araçuaí, ou seja, para mais próximo, para que a gerência fique mais fácil e os resultados apareçam.

Finalmente, Sr. Presidente, quero dizer que neste dia tivemos a alegria de receber um novo Deputado, mas também a tristeza de, ao longo de 40 anos, pela primeira vez na história da Assembleia, haver a cassação do mandato de uma Deputada. Isso é lamentável, um precedente ruim, com o qual temos de nos preocupar. Não temos de nos preocupar com o fato em si, não estamos aqui para discutir o mérito da questão. Devemos receber de coração aberto o novo companheiro que aqui chega, embora lamentando o fato de, ao longo da história da nossa Assembleia, ser essa a primeira vez que um Deputado perde um mandato por esse ser cassado.

Isso realmente nos entristece e preocupa, porque o último bastião e a última trincheira da democracia é sempre o Poder Legislativo, que é o único lugar em que o povo pode entrar e ficar à vontade, sempre cercado pela imprensa, nas galerias liberadas e nas reuniões de comissões abertas ao povo. Um Poder desarmado, que é a sustentação da democracia. Não podemos deixar que esse primeiro exemplo prospere. Não podemos permitir isso. Também temos de ser fiscais de nós mesmos e atuar para que um percalço qualquer de campanha eleitoral não venha prejudicar o posicionamento da representação popular do nosso Estado. Podemos xingar e reclamar dos políticos. Existe político safado e ladrão? Existe, mas também existe médico ladrão, Juiz ladrão, Governador ladrão, Presidente da República ladrão. Tem gente safada em todas as estradas e em todas as categorias, mas o Parlamento, como instituição, tem de ser respeitado.

Esses exemplos são ruins. Vimos, nos últimos 90 dias, a tentativa de enlamear o Congresso Nacional, na mídia impressa, sobretudo. Isso me preocupa porque, como jornalista que sou desde 1970, acompanho a história deste país e vi toda a imprensa brasileira acobertar o golpe de 1964, dando suporte para a implantação da ditadura no Brasil. Esse é um risco que temos de analisar. Sei que estou ultrapassando os limites da fala, porque comecei comentando as viagens que fiz pelo interior, mas este é o momento de mostrar posições. Político que tem vergonha na cara tem de colocar a sua posição de forma bem tranquila e transparente em relação aos fatos nacionais. A minha preocupação é com a instituição e não com a minha pessoa ou com o meu mandato. A instituição precisa ser preservada porque ela é o último bastião da democracia. V. Exa., que acompanhou muito bem esse processo, sabe disso.

Sabemos como se chega a uma ditadura. A primeira coisa a fazer é enlamear, demorar, destruir e desmoralizar o Poder Legislativo. A ditadura só se consolidou no Brasil com o AI-5 e com o fechamento do Congresso Nacional. Antes era apenas um movimento militar, um golpe de Estado, mas a ditadura propriamente dita, ou seja, as mortes, as prisões e as perseguições aconteceram a partir do momento em se fechou a Casa do povo, local em que os Deputados, representantes do povo, poderiam falar na defesa dos interesses da população. Márcio Moreira Alves foi um exemplo para todo o Brasil. Todos os brasileiros deveriam conhecer a história de Márcio Moreira Alves, precisamente o seu discurso, pelo qual foi cassado e o Congresso fechado.

Precisamos conhecer um pouquinho mais de história, porque estamos num momento interessante. O mundo inteiro está-se abrindo para a democracia, e, agora, existe um perigo no Irã, a reeleição fraudulenta do Presidente Mahmoud Ahmadinejad. Acho que foi fraudulenta, e ele já está até construindo armas atômicas.

Esse é um risco que não podemos correr. Quem está no Parlamento de Minas, que é a sede e a trincheira primeira da liberdade, da luta pela democracia no Brasil, precisa alertar a população para alguns aspectos, aproveitando este espaço que temos, esta trincheira que é a tribuna da Assembleia de Minas. Agradeço a V. Exa. a paciência e o tempo, já esgotado. Que Deus nos ajude a continuar juntos trabalhando na defesa da democracia e do nosso poder de representar o povo de Minas Gerais.

O Deputado Weliton Prado* - Agradeço ao Sr. Presidente, Deputado Hely Tarquínio. Gostaríamos de dar prosseguimento ao questionamento que fizemos sobre a nota divulgada pela Cemig, da qual discordamos com muita veemência.

A Cemig diz em um dos pontos: "A Cemig refuta a afirmativa de que o orçamento para a locação de frota no valor de R\$147.000.000,00 é "muito alto", com base nas seguintes considerações". Então, ela está achando que está baratinho, não é!? R\$147.000.000,00 não é nada, é dinheiro do povo mesmo, não tem problema, não, pode gastar à vontade! Ela questiona, refuta e diz que R\$147.000.000,00 não é um valor muito alto, é um preço justo. Lógico, para quem ganhar a licitação será uma maravilha, realmente terá um lucro extraordinário.

No primeiro ponto, a Cemig diz o seguinte: "A decisão da empresa pela locação dos veículos ao valor orçado foi devidamente precedida de estudo de viabilidade econômico-financeira, que indicou a locação como melhor opção para atendimento à demanda. O valor de R\$147.000.000,00 determina o limite máximo de locação de veículos como a melhor alternativa em relação à aquisição". Onde está esse estudo econômico? Onde está esse estudo financeiro? Por que ele não foi publicado? Por que esse estudo não foi levado ao conhecimento de toda a população de Minas? Esperam ter um questionamento, para falarem que existe um estudo. Queria ter acesso a esse estudo.

Esse é um dos primeiros pontos que questionamos. Nesse estudo estão avaliados todos os tipos de marcas de veículos, bem como a estimativa de cada serviço que a Cemig relaciona? Nele consta alguma proposta de empresas de venda ou de prestação de serviços, como controle de frotas e seguros? Onde ele está? São questionamentos que fazemos e que, infelizmente, a Cemig não esclarece.

Outro ponto: "O valor médio de aquisição citado da ordem de R\$60.000,00 não reflete a realidade". Justamente. Queria ter acesso a esses dados, para que os analisemos. A Cemig não os apresenta.

Terceiro ponto: "Estão incluídos nos custos de locação os seguintes serviços adicionais". Olhem só o verdadeiro absurdo, porque isso é responsabilidade de qualquer proprietário de veículo. Olhem só a justificativa do valor em um dos itens: "grades de madeira, engates para carretinha e toldo de lona". Esse engate para carretinha deve ser de ouro ou de diamante. Não tem lógica! Tiveram coragem de dizer isso na nota justificativa. Um dos pontos que justificam está aqui: engates para carretinha e toldo de lona. Nossa Senhora, esse toldo de lona deve ser de quê!? Deve ser de qual tipo de seda!? Esse engate para carretinha deve ser de ouro para chegar a esse valor.

Olhem só outro ponto que serve como justificativa, olhem só que verdadeiro absurdo: "Fornecer o plano de gestão, com manutenção da frota de veículos". É lógico que isso é obrigação. Se você compra um carro novo, ele já vem com a garantia. É lógico que a terá; é tranquilo. "Disponibilizar e manter somente veículos em perfeito estado de uso, conservação e funcionamento." É lógico também. O carro é novo, e todo o mundo sabe que carro novo não dá problema. Se der problema, você tem garantia. Se você comprar uma televisão nova e ela der problema, existe garantia de dois, três, até de cinco anos. Se der algum problema durante tal período, você vai lá e troca. Aqui é a mesma coisa. Uma grande promoção: o aluguel de uma TV em cores será de R\$10.000,00, mas, se você quiser comprá-la, ela fica em R\$2.000,00. Essas são as

contradições.

Outro ponto: "Contratação de todos os seguros dos veículos a que estiver obrigada pelas leis brasileiras". É lógico, os veículos novos devem ter seguro. Na Renault, se você comprar um carro, ele já sai da concessionária com seguro. Esse é outro ponto que também não se justifica.

Outro absurdo: "Providenciar e manter junto aos órgãos federais, estaduais e municipais toda a documentação necessária para o licenciamento e o emplacamento dos veículos". Vejam a justificativa que a Cemig tem a coragem de dar: "Providenciar e manter junto aos órgãos federais, estaduais e municipais toda a documentação necessária para o licenciamento e emplacamento dos veículos". Esse é um grande problema, por isso aumentou a licitação. A licitação para alugar o veículo fica muito mais cara, porque tem que deixar toda a documentação em dia. E se a Cemig comprar os veículos, vai precisar ter os impostos em dia, e sai mais barato ainda, porque sai 12% menos de ICMS. Então, a desculpa é esfarrapada. Nem acreditamos que uma nota destas seja tratada com seriedade, isso é um desrespeito pela população, pelos consumidores de Minas Gerais.

As pessoas devem ter conhecimento do que está havendo, pois isso é dinheiro do povo. Sabemos que a Cemig praticamente tem o monopólio da energia elétrica em Minas Gerais. Todos os custos são bancados pela população. Na planilha de custos do ano que vem estarão R\$147.000.000,00, e será uma das justificativas da Cemig para querer aumento no valor da conta de luz. Isso ocorre todo ano, sendo uma das energias mais caras a cobrada pela Cemig.

"A Cemig nega qualquer insinuação de que tenha havido direcionamento na licitação, uma vez que o tempo para apresentação de propostas está aderente ao exigido pela legislação em vigor, além do que o processo já foi publicado anteriormente." Primeiro, para participar dessa licitação, a empresa deve ter um capital de mais de R\$14.000.000,00. Isso exclui muitas empresas de disputar a licitação. Outro ponto é juntar mais de 700 documentos. Será que isso é necessário? Somente quem tem informação conseguirá garantir toda essa documentação.

A Cemig diz que "além de tudo, o processo já foi publicado anteriormente, foi submetido a audiência pública em 12/6/2008, tendo sido, inclusive analisado e aprovado pelo Tribunal de Contas do Estado". Apresentamos uma representação ao Tribunal de Contas do Estado e queremos uma explicação. O Tribunal de Contas do Estado tem a responsabilidade de analisar com seriedade, vamos fazer uma visita ao Tribunal e queremos uma justificativa. Estamos provando aqui os valores e queremos todas as informações a respeito do estudo que a Cemig alega ter feito, mas ninguém conhece, porque não se tornou público.

Na nota, a Cemig ainda informa que "em respeito ao direito de esclarecimentos aos possíveis participantes da licitação e fruto de pedido de adiamento formal ocorrido em 27/5/2009, deliberou pelo adiamento do pregão presencial". Mentira. Isso ocorreu somente depois da denúncia que fizemos. Fizemos uma denúncia, e a Cemig adiou o pregão.

Portanto, questionamos essa nota da Cemig e solicitamos providências por parte do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público, pois trata-se de verdadeiro escândalo. Colocamos em xeque a licitação da Cemig, pois é muito dinheiro, e o dinheiro do povo deve ser tratado com respeito. Fizemos um vasto estudo em relação à viabilidade econômica e financeira. A Cemig afirma que elaborou um estudo de viabilidade econômica e financeira. Por que esse estudo não foi tornado público? Deveria ter sido. No estudo estão avaliados todos os tipos e marcas de veículos, bem como a estimativa de cada serviço que a Cemig relaciona? Ninguém sabe. Nele consta alguma proposta de empresas de venda ou de prestação de serviços, como controle de frota e seguros? Por isso estamos solicitando, por meio de requerimento, informações sobre o estudo de viabilidade econômica e financeira realizado pela empresa, que aponta a locação e a terceirização da gestão de 1.193 veículos automotores de carga e de passageiros como a melhor medida de economia de recursos públicos, em detrimento da aquisição de veículos e investimentos na área técnica própria da empresa. É pressuposto necessário para a terceirização de um serviço como o de transporte que haja detalhados estudos e planejamentos, incluindo-se a disponibilidade de pessoal próprio da Cemig para acompanhar, fiscalizar e tomar todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços. A Cemig tem um corpo técnico com engenheiros mecânicos; então, não há essa necessidade, e as justificativas realmente são muito frágeis.

Outro ponto que questionamos foi sobre os serviços adicionais incluídos nos custos de locação. Temos algumas dúvidas quanto às declarações feitas pela Cemig. Acreditamos que, em alguns serviços, devido ao número de veículos, poderá até mesmo haver custos muito mais baixos, com pouco impacto. É lógico. Quando se compra um número maior de veículos, a tendência é o custo baixar. E o IPI que foi reduzido? Em momento algum, a Cemig cita isso. Até na licitação feita anteriormente, a Cemig colocou o valor de R\$116.000.000,00 e cancelou a licitação justamente porque tinha dúvida em relação aos preços. De lá para cá, o que aconteceu? Aumentou esse valor para R\$147.000.000,00, sendo que o IPI foi reduzido. Então, não há justificativa.

No caso dos serviços de revisão, manutenção, mão de obra, peças e pneus, algumas marcas já apresentam essas garantias. Podiam até colocar isso na licitação. Queremos a garantia para, se o veículo tiver algum problema, a substituição ser feita, por exemplo, em 48 horas. Isso já poderia ser objeto de licitação para a compra dos veículos.

No caso da documentação e seguros, a empresa não faz crer que, pela terceirização, esses serviços serão mais baratos. Ela não prova isso. No caso da aquisição, a substituição de veículos pode ser feita por meio de leilão. Para a aquisição e gestão de 831 viaturas no Estado, o contrato com a Júlio Simões foi de R\$56.000.000,00. Mas o da Cemig, para 300 veículos a mais, apresenta o valor de referência de R\$147.000.000,00 - cerca de R\$90.000.000,00 a mais -, sendo que sobre o próprio contrato feito com a Polícia Militar para adquirir 831 viaturas houve vários questionamentos na Justiça. Até os próprios Diretores da Júlio Simões alegavam, naquele momento, que havia irregularidades, até no Estado de Minas Gerais, sobre matéria publicada em toda a imprensa de Minas.

Outro ponto é o grande desrespeito, porque, infelizmente, o edital não prioriza as empresas de Minas Gerais, cometendo o mesmo erro do governo do Estado na compra das viaturas para a Polícia Militar, em que o grupo paulista Júlio Simões ganhou a licitação, em detrimento da economia mineira e da geração de emprego e renda local. Neste momento de crise financeira mundial, qual fábrica em Minas não se esforçaria para fornecer esses veículos? Todas as fábricas teriam muito interesse em fornecê-los para o nosso Estado, e isso representaria cerca de dois meses de faturamento. Dessa forma, a empresa, que é estatal, estimularia a economia e a geração de emprego e renda em Minas Gerais. Em detrimento dos investimentos em Minas, estão priorizando o Estado de São Paulo, como aconteceu com as viaturas para a Polícia Militar. Como já disse, isso representaria cerca de dois meses de faturamento. Ou seja, agindo assim estaremos entregando os recursos públicos a grandes locadoras que virão com veículos de outros Estados. Atualmente, sabemos que a frota da Cemig é composta por grande número de veículos de marcas que têm fábricas em Minas Gerais e que são mais viáveis no tocante a questões de consumo, manutenção e disponibilidade de mecânica.

Outro ponto que questionamos é justamente o valor da licitação. A Cemig afirma que anulou a licitação ocorrida em 2008 porque o valor final ficou acima do valor de referência estabelecido pela empresa. Por que, então, a nova licitação tem o valor de referência maior ainda? Se ela considerava R\$116.000.000,00 um valor alto, por que licita agora R\$147.000.000,00? Houve tanto acréscimo assim de serviços? Gostaríamos de saber qual é a justificativa.

Outras experiências: a Cemig alega que esse modelo de gestão e locação tem sido adotado em outras empresas, mas ela poderia afirmar quais são essas empresas? Queria saber o nome delas. Elas possuem estrutura de manutenção de veículos, como é o caso da própria Cemig? Queria obter essas informações. Qual é a avaliação desse serviço? É satisfatória, inclusive financeiramente?

Infelizmente, o processo ocorrerá no dia 19. Esperamos um posicionamento por parte da Cemig. Além disso, esperamos que reveja sua posição e cancele esse processo licitatório. Solicitamos ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado que tomem providências, pois de maneira nenhuma a população de Minas pode ser tão prejudicada num valor realmente exorbitante. Da maneira como está aqui, veículos populares que compramos num valor de R\$30.000,00 chegam a ser avaliados num valor de R\$130.000,00 para alugar. Quer dizer, em vez de serem para comprar, são para alugar. Então o aluguel dos veículos está ficando praticamente duas vezes mais caro do que se fosse para a Cemig adquiri-los.

Ficam aqui os nossos questionamentos e a nossa indignação. A população já paga uma das energias mais caras do Brasil. Só de ICMS chega a 42%. Esses recursos pagos a mais pela população em relação à locação desses veículos vão para a planilha de custo, que será custeada por todos os consumidores do Estado. Queria agradecer e solicitar providências imediatas por parte da Cemig, do Ministério Público e do Tribunal de Contas.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 22/6/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr.

exonerando Alexandra Guerra Gonçalves do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

exonerando Ivaní de Fátima Silva Morais do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando Poliane Alves Brandão do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Ranniery Alves Rodrigues do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;

exonerando Valéria Campos de Freitas do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;

nomeando Alexandra Guerra Gonçalves para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Eutália Barbosa Severino França para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Ivaní de Fátima Silva Morais para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Jader Soares Viana para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

nomeando Ranniery Alves Rodrigues para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas.

Gabinete do Deputado Duarte Bechir

nomeando Aleires Soares Viana para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Arluza Pereira de Sousa para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;

nomeando Bernardo Geraldi Morais Carvalho para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas;

nomeando Douglas Henrique Lopes Resende para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Fernando Expedito Freire para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

nomeando Jairo Peixoto para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando José Miranda Marques para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

nomeando Renan Resende Siqueira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Sirlei de Almeida Morais para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;

nomeando Sueli Teixeira Gomes Miranda para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas.

Gabinete do Deputado Hely Tarquínio

exonerando Elaine Perpetua dos Santos do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 4 horas.

Gabinete do Deputado Mauri Torres

nomeando Hélio Carlos Moreira para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Eliana de Oliveira Leal do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB;

exonerando Eutália Barbosa Severino França do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

nomeando Claudemir Carbe para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB;

nomeando Valéria Campos de Freitas para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou os seguintes atos:

exonerando Arluza Pereira de Sousa do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

exonerando Wander Marquez Pereira do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Cássio Machado para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2009

Objeto: aquisição de "softwares".

Tendo em vista a desclassificação de todos os pregoantes participantes do pregão supracitado para o Lote 2, o pregoeiro declara o referido lote fracassado.

Belo Horizonte, 22 de junho de 2009.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que, em virtude de alteração nos critérios relativos à habilitação do edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas, reserva em hotéis, contratação de seguro, locação de veículos, traslado e recepção em aeroportos e serviços de despachantes, a sessão pública virtual fica adiada para as 14h15min do dia 6/7/2009.

Belo Horizonte, 22 de junho de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Perdizes. Cessionária: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Vigência: 24 meses, a partir de 17/4/2009. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Prata. Cessionária: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Vigência: 24 meses, a partir de 17/4/2009. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Superview Comunicação e Marketing Ltda. Objeto: prestação de serviços de operação dos sistemas eletrônicos e de áudio e vídeo da Diretoria de Rádio e Televisão da Contratante, para a realização de reportagem, locução, produção, edição, direção e disseminação de produtos de comunicação. Objeto do aditamento: rerratificação da cláusula de dotação orçamentária. Vigência: a mesma do contrato original. Dotação orçamentária: 01.031.729.4-239.0001-3.3.90.39 (10.1).

ERRATAS

ATADA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/6/2009

OFÍCIOS

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 20/6/2009, na pág. 66, col. 3, no despacho do ofício da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento e Gestão, encaminhando relatório de avaliação dos programas do PPAG relativo ao ano de 2008, onde se lê:

" (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)", leia-se:

"(- Às Comissões de Fiscalização Financeira e de Participação Popular.)".

ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/6/2009

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 20/6/2009, na pág. 67, col. 2, sob o título REQUERIMENTOS, ao final do Requerimento nº 4.068/2009, acrescente-se o seguinte despacho:

"Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Braulio Braz. Anexe-se ao Requerimento nº 4.018/2009, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.".